

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.768 - SP (2019/0288910-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CAIO HENRIQUE GODOY DA COSTA E OUTROS
ADVOGADOS : LEANDRO SARCEDO - SP157756
LEONARDO MASSUD - SP141981
PEDRO LUIZ BUENO DE ANDRADE - SP174084
ADAMS GIAGIO - SP195657
RENATO LOSINSKAS HACHUL - SP307340
RICARDO LOSINSKAS HACHUL - SP358482
CAIO HENRIQUE GODOY DA COSTA - SP385344
CAMILA PINHEIRO FLAQUER - SP189130
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS PAULO HASIMOTO RIBEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCOS PAULO HASIMOTO RIBEIRO**, contra decisão monocrática de Relator Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nos artigos 121, § 2.º, III, c.c. art. 18, I, “in fine”, art. 129, § 1.º, II, c.c. o art. 18, I, “in fine”, todos do Código Penal, arts. 304 e 305, ambos da Lei n.º 9.503/97 e art. 312, parágrafo único, também da Lei de Trânsito, todos em concurso material de crimes, na forma do art. 69, do Código Penal.

Os impetrantes alegam que o juízo de primeiro grau, ao analisar a resposta à acusação, “violou frontal e claramente o comando do artigo 93, IX da Constituição da República, vez que não analisa minimamente qualquer das teses defensivas articuladas pela defesa técnica, limitando-se a fazer afirmações genéricas que, *data venia*, serviriam a qualquer decisão” (e-STJ, fl. 7).

Afirma que é inviável “iniciar a instrução probatória sem que devidamente analisadas e decididas as importantes questões suscitadas pela defesa técnica na resposta à acusação, muitas das quais, inclusive, prejudiciais à própria existência de imputações lançadas na denúncia” (e-STJ, fls. 8).

Requer a superação da Súmula 691 do STF, para concessão de medida liminar que determine o sobrestamento da Ação Penal nº 1500401-04.2019.8.26.0213 até o julgamento do *Habeas Corpus* nº 2201463-95.2019.8.26.0000 pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

É o relatório.

Não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

A propósito:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR
QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR FORMULADO EM**

Superior Tribunal de Justiça

SEDE DE REVISÃO CRIMINAL. ENUNCIADO SUMULAR N. 691 DO STF. EXCEPCIONALIDADE NÃO CARACTERIZADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. PRETENSÃO DE AGUARDAR O JULGAMENTO DO PEDIDO REVISIONAL EM LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Segundo a orientação pacificada neste Superior Tribunal, é incabível *habeas corpus* contra indeferimento de medida liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância (Enunciado n. 691 da Súmula do STF).

2. Encontrando-se a decisão da autoridade impetrada suficientemente motivada, não há como se afastar o óbice ao conhecimento do remédio constitucional, imposto pelo enunciado n. 691 da Súmula do STF.

3. Ainda que superada a incompetência desta Corte Superior para a apreciação da matéria, não seria possível acolher a pretensão do agravante, tendo em vista que a revisão criminal, por não ter efeito suspensivo, não revela-se hábil para autorizar a interrupção da execução da pena.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 285.647/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/8/2014, DJe 25/8/2014.)

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. SÚMULA 691 DO STF. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Segundo entendimento interativo desta Corte, secundado pela Súmula 691

do STF, não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de liminar em prévio *writ*, por importar em verdadeira supressão de instância.

2. Inexistência na espécie de flagrante teratologia, apta a fazer relevar a impropriedade da via.

3. Não há ofensa ao princípio da colegialidade quando a decisão monocrática é proferida em obediência ao art. 210 do RISTJ que autoriza o relator a indeferir liminarmente pedidos manifestamente incabíveis, como no caso dos autos.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no HC 321.554/GO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 13/5/2015.)

No caso dos autos, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

